MINISTÉRIOS DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA E DA AGRICULTURA

Relatório dos decretos-leis n.ºs 28:493 e 28:494

A cultura do arroz tem sido regulada até ao presente pelo decreto n.º 20:596, de 20 de Outubro de 1931, que a tornava dependente de licença da antiga Direcção Geral do Fomento Agrícola.

Aproximando as disposições dos artigos 2.º, 8.º e 12.º vê-se claramente que a referida cultura só deveria ser proibida onde «por más condições de irrigação» desse lugar ao estagnamento das águas e à formação de pântanos. E isto, conforme se esclarece no respectivo preâmbulo, porque o anófeles transmissor do sezonismo se reproduz nos pântanos e não nos arrozais, salvo se por causa dêles houver águas estagnadas. Este o conceito dominante da relação entre a cultura do arroz e o sezonismo.

A verdade, porém, é que, segundo o parecer da Direcção Geral de Saúde e um estudo recente do representante em Portugal da benemérita *Rockefeller Foundation*, para não citar outros, a doença grassa principalmente nos distritos em que é mais extensa a cultura orizícola, pertencendo as mais elevadas percentagens de morbidade às cidades ou vilas de que se aproximam os arrozais.

Por outro lado, seria ilusão fiar exclusivamente das condições de rega — regime de alagamento e até mesmo de vazão constante — a extinção das larvas nos campos de arroz, visto demonstrar-se que era necessária para isso uma velocidade corrente incompatível com as próprias exigências da cultura.

O anófeles da variedade *atroparvus*, transmissor da doença entre nós, reproduz-se não só nas águas pantanosas, mas, de preferência, nas águas límpidas e paradas das margens dos canteiros. E como a extensão da doença é função do número daqueles vectores, quanto mais próximos forem os arrozais dos aglomerados de população tanto maior será o número de casos a registar.

A experiência dos últimos anos parece confirmar a regra, porque, segundo os elementos recolhidos pela Direcção Geral de Saúde, à medida que as lavras avançam sobre as povoações atacadas de endemia sazonal vai recrudescendo o sezonismo.

Estabelece-se, por isso, uma zona de protecção em redor das povoações de mais de 1:000 habitantes em que grasse a endemia sazonal com acentuado poder expansivo. E porquê em relação às povoações de mais de 1:000 habitantes e não a outras?

É evidente que o dano resultante da endemia sazonal é maior nos grandes aglomerados populacionais, sendo também mais difícil ou menos viável a sua protecção por meio de rédes metálicas.

Más a esta razão acresce a de as pequenas povoações atacadas de sezonismo estarem, por via de regra, situadas no meio das zonas de cultura e serem constituídas por gente que se ocupa na faina orizícola. Daqui resulta que o afastamento dos arrozais nem evitaria o contacto dos seus habitantes com o anófeles nem seria aconselhável por causar a eliminação da cultura em vastas extensões.

A protecção aí pode e deve fazer-se pela aplicação de rédes metálicas nas habitações e por certos cuidados a adoptar pelos que trabalham nos campos de arroz, visto estar averiguado que o *atroparvus* raras vezes, ou talvez nunca, ataca as pessoas nos arrozais, de dia e ao ar livre, e, além disso, prefere os animais domésticos ao homem.

Mesmo em relação aos núcleos de população mais importantes a regra de afastamento não pode ser rígida, antes fixada para cada caso particular, conforme o número e extensão dos focos anofeligenos, os resultados colhidos pela experiência acêrca da influência da cultura do arroz no aumento do sezonismo e a importância dessa cultura na sustentação das populações.

Por êsse motivo se estabelece um mínimo de afastamento abaixo do qual não teria justificação, salvo em casos excepcionais, e um máximo correspondente às possibilidades normais de vôo do anófeles em busca de sangue. E só em relação às povoações onde reina a endemia com carácter expansivo e ameaçador.

Julga-se que não faltará da parte dos produtores a justa compreensão desta medida, porque alguns foram prevenidos no ano transacto, em face das reclamações da população, de que teriam de renunciar à cultura do arroz dentro dos limites propostos pela Direcção Geral de Saúde, e outros associam-se aos que não são orizicultores, em representações formuladas perante o Governo, por verem o avanço da endemia sobre a população e nas suas próprias famílias. Sobretudo há-de reconhecer-se que nenhuma restrição inútil ou injustificada se deseja estabelecer à sombra dêste decreto.

Para isso é indispensável intensificar também a luta antilarvar nas zonas de protecção agora delimitadas e proceder à limpeza dos rios, ribeiros, valas e albufeiras em que se faça a reprodução do anófeles e ao enxugo dos pântanos.

A luta contra o sezonismo exige uma preparação especial e sabe-se pela experiência que será mais eficaz se tiver uma direcção responsável, exclusivamente consagrada a êsse fim, com meios de acção próprios, embora modestos.

Foi por êste motivo que se agruparam os serviços existentes e a criar numa direcção de serviços integrada na Direcção Geral de Saúde, consignando-lhe as receitas que por lei vêm sendo atribuídas ao sezonismo.

Entre outras funções compete-lhe a de propor as obras de saneamento a realizar pelo Estado e pelos corpos administrativos e de colaborar com os serviços competentes na organização dos projectos a executar, porque de pouco ou nada valeriam, em certos casos, as restrições impostas e a própria actividade dos serviços sanitários sem essas obras de saneamento.

Quanto aos trabalhadores e sobretudo aos ranchos que anualmente se deslocam das suas terras para a faina dos arrozais, procura-se que lhes seja dada habitação higiénica e assistência médica, para a qual contribuem os produtores. Isto não só para defesa da saúde pública, mas dentro do sentido humano de protecção e dignidade que anima o Governo na sua acção social.

Resta agora o aspecto económico do problema, por se ter atingido na última colheita não só o correspondente às necessidades do consumo, mas alguns milhões de quilogramas a mais, segundo o apuramento feito na Comissão Reguladora do Comércio de Arroz.

É preciso, no entanto, acentuar que as restrições de natureza sanitária são impostas apenas pelas razões apontadas de justa defesa das populações e não para à sombra delas resolver quaisquer dificuldades de ordem económica. Se aparecem simultaneamente é por mera coincidência da necessidade da sua aplicação, já anteriormente reconhecida e anunciada com a existência de um excesso de produção.

Fomos sempre deficitários em arroz e ainda há dois anos houve necessidade de importar cêrca de 17.000.000 de quilogramas em casca e meio preparo.

Em pouco tempo, porém, devido à política de fomento seguida, ao aperfeiçoamento da técnica cultural e à relação entre o preço do arroz e o de outros géneros, se chegou à auto-suficiência, sem agravamento nos preços de retalho, antes com benefício para o consumidor. A auto-suficiência e até à verificação de um pequeno excesso, porque a produção cresce mais rapidamente do que o consumo e talvez ainda por um certo retraimento neste, em virtude da concorrência de outros produtos.

Deviam ter-se recusado as licenças para novas lavras em 1937? Mas o Ministério da Agricultura demonstrou de forma irrefutável que o Governo não tinha elementos seguros que o habilitassem a recusá-las: ainda assim a sua concessão foi feita com a cláusula expressa de poderem ser retiradas no fim do ano corrente.

A produção agrícola não pode ajustar-se a um dado consumo com a mesma facilidade com que se ajusta a produção industrial. Mas é necessário não deixar agravar a situação e dar destino ao excedente sem prejuízo do abastecimento público e até de qualquer reserva que a evolução dos acontecimentos torne aconselhável.

Por duas formas se pode encarar a solução do problema: guardar o excesso para lançar no consumo do próximo ano e restringir a sementeira em tanto quanto fôr necessário para isso, ou promover a venda do excedente e repartir as perdas pelos produtores, beneficiários do aumento de produção.

A primeira levaria a uma redução de área cultivada de cerca de 20 por cento incidindo sobre todas as lavras ou de percentagem superior, se quiséssemos isentar as pequenas, com a correspondente diminuição das condições de trabalho.

A segunda parece excessivamente onerosa para a produção, dada a diferença de preços do arroz nos mercados interno e externo, embora tivesse a vantagem de não diminuir o número de salários e favorecesse um pouco a economia pública pela entrada de ouro.

Ponderadas todas as circunstâncias, pareceu mais aconselhável adoptar a solução mixta de reduzir as lavras ao necessário para que a produção da próxima colheita apareça ajustada ao consumo, partindo do princípio de que este não aumentará nem a produtividade das terras, e dar às sobras o destino mais conveniente em face da elevação do consumo ou do rendimento da colheita futura.

Desta forma não serão grandemente afectadas as condições de produção nem haverá sensível diminuição do número de salários, podendo acontecer que por alguma das razões apontadas se exporte apenas uma parte do que se considera ter sobrado.

As licenças para novas lavras de arroz instaladas em 1937 caducam no fim do ano corrente, em conformidade com a cláusula expressa da sua concessão, e por esse motivo devem cessar as restrições de área agora impostas.

Os encargos resultantes de qualquer partida que venha a ser exportada serão divididos pelos produtores e pagos por desconto no preço de uma ou duas colheitas, em harmonia com a doutrina já estabelecida noutros diplomas.

Apenas os encargos de conservação das sobras ficam pertencendo à indústria de descasque. E a razão é esta: parecer que as taxas actuais têm suficiente largueza para, sem injustiça, poderem suportar esse encargo e terem também os industriais tirado do aumento de produção o proveito correspondente.

Está pôsto, porém, um problema de maior importância do que este, qual é o do acréscimo de produção resultante das obras de fomento hidro-agrícola.

A este propósito escreveu-se noutro lugar que não podem manter-se num país de população crescente ri-

quezas por explorar e que, embora se vá caminhando à luz da experiência, podem ter de aceitar-se mais cedo ou mais tarde as consequências de uma produção superior ao consumo interno.

Com efeito, só as obras em curso no vale do Sado abrangem cerca de 8:000 hectares de terra susceptível de produzir arroz.

É mais de um terço da área cultivada actualmente. E sabendo-se que a produção média naquela região foi este ano de 4:600 quilogramas por hectare, não deverá calcular-se em menos de 30.000:000 de quilogramas a correspondente às terras beneficiadas, excluída a área destinada à pomicultura.

Dir-se-á que pode ser menor a produção anual de arroz nessas terras desde que se adopte um sistema racional de afolhamentos. Mas além deste há outros aproveitamentos em curso e projectados.

Como resolver o problema? É evidente não poder contar-se para isso com um aumento de consumo correspondente, por ser lento o crescimento das populações e, mais ainda, a elevação do seu nível de vida e poder de compra, enquanto as terras começam a produzir logo em seguida ao benefício.

Não contando com aqueles factores só era lícito esperar apreciável aumento de consumo se o produto se tornasse acessível pela baixa de preço à *massa geral da população*. Seria, porém, necessária uma baixa muito sensível, que as actuais condições de produção, de um modo geral, não poderiam suportar. E tudo o que seja baratear sem base nas condições económicas da produção é contribuir para um certo empobrecimento geral.

Olhando, porém, a produção média das várias regiões orizícolas nota-se uma diferença de produtividade, que vai de 2:800 quilogramas por hectare na do norte para 4:200 e 4:600 nas do centro e sul do País.

Por outro lado, há despesas com elevação do águas e granjeio das terras, que, no estado actual das cousas, encarecem demasiadamente o produto.

Parece, pois, indicado o caminho: deslocar a cultura orizícola das regiões em que ela é sempre cara, por uma ou outra daquelas razões, e trazê-la para as de maior produtividade ou em que as despesas com a rega e granjeio sejam menores.

Simplesmente será necessário que as obras de regularização e enxugo permitam o aproveitamento das terras na cultura do milho, que ainda nos falta, das frutas, forragens e outras cuja experimentação se está fazendo ou tem de fazer-se.

Desta forma será possível aumentar o consumo, alimentando-se melhor a população, e exportar, normalmente, as sobras.

Convém, ainda, fazer uma ligeira referência ao regime de licenças.

Ninguém contestará, certamente, a legitimidade do sistema instituído, visto pertencer ao Estado a função superior de coordenar as actividades nacionais em ordem à realização do máximo bem comum e tratar-se de um género especialmente protegido contra a concorrência das importações.

Além de que a sua cultura influe, como se disse, no estado sanitário da população e o regime de licenças já existia na legislação anterior.

A razão de conceder ou negar é que é diferente, por terem mudado os factos ou os conceitos. Tem de atender-se, de futuro, aos factores indicados no artigo 4.º do decreto, a saber: natureza e produtividade do terreno, possibilidade de adaptação a outra cultura remuneradora, regime de rega, existência de focos anofelígenos, distâncias das povoações, etc.

Conseqüentemente, os prazos dos requerimentos foram alterados por ser impossível praticar todas as diligên-

cias necessárias dentro dos que estavam estabelecidos. Mas fica sempre assegurado aos interessados o direito de recurso, quando não concordem com a decisão, procurando-se, no entanto, que tudo seja resolvido a tempo de se prepararem as terras para a sementeira.

Decreto-lei n.º 28:493

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governô decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

CAPÍTULO I

Da cultura do arroz

SECÇÃO I

Das licenças

Artigo 1.º É necessária licença da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas para instalação de novas lavras de arroz ou aumento de área das autorizadas.

§ 1.º As licenças concedidas até ao presente serão substituídas por outras respeitantes às superfícies efectivamente cultivadas de arroz, em conformidade com o respectivo cadastro.

§ 2.º As novas licenças serão passadas em nome dos proprietários das terras, anfitéutas, usufrutuários, fideicomissários e fiduciários.

Art. 2.º Os requerimentos para autorização de novas lavras ou aumento das autorizadas serão apresentados até ao dia 31 de Julho de cada ano nas estações e postos agrários ou sedes das brigadas técnicas, directamente e por intermédio das administrações do concelho, grêmios da lavoura e associações agrícolas, acompanhados de um selo da taxa de 2\$50.

Art. 3.º Os requerimentos devem indicar:

1.º O nome do requerente, residência e qualidade em que require, nos termos do § 2.º do artigo 1.º;

2.º Denominação do prédio, situação, área que pretende cultivar e respectivas confrontações;

3.º Procedência da água utilizada, forma de captação, condução e regime de rega, intermitente ou de alagamento constante;

4.º Se o terreno é pantanoso ou sujeito a inundações;

5.º Se a exploração é de conta própria, em regime de arrendamento ou parçaria.

Art. 4.º Os requerimentos serão convenientemente informados pelo director da estação agrária regional, pôsto agrário ou chefe da brigada técnica e pelo médico malariólogo da estação ou pôsto anti-sezonático da respectiva área e enviados, com a informação comum daquelas entidades, à Direcção Geral dos Serviços Agrícolas até ao dia 31 de Outubro de cada ano.

§ 1.º A informação será precedida de vistoria sempre que fôr julgada necessária ou requerida pelos interessados.

§ 2.º Em qualquer caso, os referidos interessados são obrigados a facultar aos funcionários encarregados da vistoria meio de transporte adequado, desde a estação de caminho de ferro ou paragem de camioneta mais próxima até à propriedade e *vice versa*.

§ 3.º A informação deverá indicar, sempre que seja possível, a natureza e produtividade do terreno, possibilidade de adaptação a outra cultura, trabalhos de preparação das terras, regime de rega, distância aproximada das povoações, existência de focos anofelígenos, necessidade de alojamento ou habitação higiénica para o pessoal, regime de limpeza das valas e repartidores de água.

Art. 5.º Recebidos os requerimentos e informações, o

director geral dos serviços agrícolas proferirá despacho concedendo ou negando a licença, conforme o que constar da informação e dos elementos sôbre a produção e o consumo fornecidos pela Comissão Reguladora do Comércio de Arroz (C. R. C. A.).

§ 1.º Os despachos serão publicados no *Diário do Governô* e comunicados directamente aos interessados ou por editais afixados nos lugares públicos do costume dos concelhos ou freguesias até 15 de Dezembro.

§ 2.º Será também enviada à C. R. C. A. uma nota das autorizações concedidas.

Art. 6.º Da decisão do director geral haverá recurso para o Ministro da Agricultura, interposto pelos interessados ou pela C. R. C. A.

§ 1.º Os recursos serão interpostos até ao dia 31 de Dezembro e despachados até ao dia 31 de Janeiro imediato.

§ 2.º O Ministro da Agricultura ordenará as diligências que julgar necessárias para esclarecimento do pedido.

Art. 7.º Os interessados na exploração orizícola ficam obrigados, em caso de concessão da licença, a cumprir as prescrições que lhes forem impostas em relação à preparação das terras, regime de rega, limpeza das valas e repartidores de água.

SECÇÃO II

Do cadastro das propriedades cultivadas de arroz

Art. 8.º A C. R. C. A. completará a organização do cadastro das propriedades cultivadas de arroz e organizará o das terras que forem metidas em cultura, mantendo-os sempre actualizados.

§ 1.º Exceptua-se do disposto neste artigo o cadastro das terras beneficiadas pelas obras de fomento hidro-agricolas.

§ 2.º A C. R. C. A. enviará à Direcção Geral dos Serviços Agrícolas cópia do cadastro por ela organizado e nota das alterações resultantes da sua actualização.

§ 3.º A Direcção Geral dos Serviços Agrícolas facultará à C. R. C. A. todos os elementos de que carecer acêrca das terras beneficiadas, constantes do registo cadastral em seu poder.

Art. 9.º Os proprietários e donos da exploração de terras metidas a arroz são obrigados a prestar à C. R. C. A. todas as informações necessárias para a organização e actualização do cadastro.

CAPÍTULO II

Da organização dos serviços anti-sezonáticos

Art. 10.º É criada na dependência da Direcção Geral de Saúde uma direcção de serviços anti-sezonáticos, à qual ficam subordinadas as estações e postos.

§ 1.º As estações anti-sezonáticas serão instaladas em Montemor-o-Velho, Benavente, Águas de Moura e Alcácer do Sal e os postos no Pocinho, Soure, Ponte de Sor e Azambuja.

§ 2.º As estações e postos podem ser transferidos para outros lugares, por despacho do Ministro do Interior, sob proposta do director de serviços anti-sezonáticos e parecer favorável do director geral de saúde.

§ 3.º Podem ser estabelecidos postos eventuais nos lugares em que a endemia sazonal o determine, com autorização do Ministro do Interior e sob proposta do director geral de saúde.

Art. 11.º Compete à direcção de serviços:

1.º Dirigir e fiscalizar a acção das estações e postos na luta contra o sezonismo;

2.º Velar pelo estado sanitário dos ranchos migratórios e demais pessoal empregado na cultura do arroz;